

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.680 - SP (2019/0112610-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : POSTO RECANTO ITAICI, COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
AGRAVANTE : ADEMIR DE JESUS PRECOMA
AGRAVANTE : BERNADETE APARECIDA LACERDA PRECOMA
AGRAVANTE : EDSON BENEDITO PRECOMA
AGRAVANTE : FATIMA APARECIDA THOME PRECOMA
ADVOGADO : ANDERSON VALERIANO DOS SANTOS - SP348377
AGRAVADO : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADOS : FÁBIO IZIQUE CHEBABI E OUTRO(S) - SP184668
LEONARDO PANSARDI PAVANI - SP167629

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EMBARGOS À EXECUÇÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA VULNERAÇÃO AOS ARTS. 317, 421, 422, 478, 480, DO CC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

POSTO RECANTO ITAICI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.; ADEMIR DE JESUS PRECOMA; BERNARDETE APARECIDA LACERDA PRECOMA; EDSON BENEDITTO PRECOMA; FÁTIMA APARECIDA THOMÉ PRECOMA (POSTO RECANTO ITAICI e outros) opuseram embargos à execução que lhes move PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. (PETROBRÁS), visando à nulidade da execução, diante da ocorrência da prescrição, ilegitimidade passiva de EDSON e FÁTIMA, além da nulidade do contrato de promessa de compra e venda mercantil com licença de uso de marca e outros, objeto da execução.

O Juízo de primeira instância julgou improcedentes os embargos à execução. EDSON e FÁTIMA foram condenados ao pagamento da multa prevista no art. 80, VI, 81, do NCPC, fixada em 2% sobre o valor atualizado da dívida. As partes embargantes foram condenadas ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado do débito, observado para a pessoa jurídica o art. 98, § 3º, do NCPC (e-STJ, fls. 357/359).

Os embargos de declaração opostos por POSTO RECANTO ITAICI e

outros foram acolhidos para deferir parcialmente o pedido subsidiário de diferimento do pagamento das custas ao final do processo (e-STJ, fls. 409/410)

O Tribunal Bandeirante negou provimento ao recurso de apelação de POSTO RECANTO ITAICI e outros, com a seguinte ementa:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EMBARGOS JULGADOS IMPROCEDENTES APELAÇÃO - Embargantes que alegam prescrição dos títulos executivos, ilegitimidade passiva, aplicação do CDC, teoria da imprevisão, inversão do ônus da prova e ausência de litigância de má-fé - Impossibilidade de acolhimento dos pedidos - Execução pautada em notas fiscais de compra e venda de combustível inadimplidas pelos executados - Sentença mantida por seus próprios fundamentos - Artigo 252 do Regimento interno. **Recurso não provido** (e-STJ, fl. 418 - com destaques no original).

Os embargos de declaração opostos por POSTO RECANTO ITAICI e outros foram rejeitados (e-STJ, fls. 468/470).

Irresignados, POSTO RECANTO ITAICI e outros interpuseram recurso especial (e-STJ, fls. 425/440), com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 93, IX, da CF, 317, 421, 422, 478, 479, 480, do CC, 489, § 1º, I, IV, § 2º, do NCPC, ao sustentarem (1) que o acórdão recorrido não foi devidamente fundamentado, já que não enfrentou todos os argumentos deduzidos, mantendo a r. sentença por seus próprios fundamentos, o que caracteriza sua nulidade; (2) que não agiram de má-fé, não constituindo abuso do direito de ação, tampouco litigância de má-fé a oposição dos embargos de devedor; e, (3) invocaram a aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*, para que seja possível a revisão dos contratos, em razão da excessiva onerosidade.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 474/487).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitiu o apelo nobre diante da (1) inadequação da via eleita para a suposta ofensa aos dispositivos constitucionais; (2) ausência de violação dos arts. 489 e 1.022 do NCPC; (3) falta de demonstração da vulneração aos arts. 317, 421, 422, 478, 480, do CC; (4) incidência da Súmula nº 7 desta Corte; e, (5) falta de comprovação do dissenso jurisprudencial (e-STJ, fls. 488/490).

Nas razões do agravo em recurso especial, POSTO RECANTO ITAICI

Superior Tribunal de Justiça

e outros aduziram que (1) incide, ao caso, a Súmula nº 123 do STJ; (2) aplica-se ao caso o art. 371 do NCPC, bem como a disposição constitucional contida no inciso LV do art. 5º; (3) houve ofensa ao art. 489 do NCPC; e, (4) houve comprovação do dissídio jurisprudencial com os julgados apresentados no apelo nobre (e-STJ, fls. 493/499).

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi apresentada (e-STJ, fls. 502/515).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 516).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não comporta acolhimento.

Isso porque, da análise do presente inconformismo, verifica-se que POSTO RECANTO ITAICI e outros, nas razões do agravo em recurso especial, não se dirigiram especificamente contra todos os fundamentos da decisão que negou seguimento ao apelo nobre, pois não refutaram, de forma arrazoada, a falta de demonstração da vulneração aos arts. 317, 421, 422, 478, 480, do CC, bem como a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

POSTO RECANTO ITAICI e outros sustentaram que houve incidência da Súmula nº 123 do STJ, bem como que se aplica ao caso o art. 371 do NCPC, juntamente com a disposição constitucional contida no inciso LV do art. 5º. Aduziram, ainda, que houve ofensa ao art. 489 do NCPC, com a comprovação do dissídio jurisprudencial.

O agravo em recurso especial, reitere-se, não infirmou adequadamente os óbices processuais apontados na decisão agravada, devendo, portanto, ser mantido o seu não conhecimento, porque apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/73).

Nesse sentido, seguem os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[..]

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados

Superior Tribunal de Justiça

pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/73), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 7 do STJ).

[...]

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1.015.594/SP, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 2/5/2017, DJe 18/5/2017 – sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTESIGNATÁRIO QUE CONHECEU EM PARTE DO AGRAVO (APENAS NO TOCANTE À ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA) PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, APLICANDO, NO MAIS, O ÓBICE DA SÚMULA 182/STJ. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU.

[...]

2. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973 (atual 932, III, do NCPC), e a aplicação, por analogia, do enunciado n. 182 da Súmula deste STJ. Precedentes.

(AgRg no AREsp 773.710/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 10/5/2016, DJe 17/5/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR DE PREVENÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. ART. 70, § 5º, DO RISTJ. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. ART. 544, § 4º, I, DO CPC. RECURSO IMPROVIDO.

(...)

2. O agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos que levaram a não admissão do recurso especial, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC, sob pena de não conhecimento do agravo. Precedentes.

(AgRg no AREsp 602.281/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 12/2/2015, DJe 3/3/2015 - sem destaque no original)

Assim, o não conhecimento do agravo em recurso especial é medida que se impõe.

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

